



Transformar a pesca europeia - tempo de mudança

A União Europeia (UE) poderia ser promotora de uma pesca sustentável, tanto em águas comunitárias, como em águas exteriores. Ao invés, a maioria das populações de peixe da UE encontra-se sobre-explorada, o que, conjugado com o nível actual de importações e com as actividades da frota europeia a operar em águas exteriores à UE, resulta em que os impactos da má gestão estão a ser sentidos não só nas comunidades pesqueiras da UE, mas também nas de países distantes que dependem do peixe como principal fonte de alimento e rendimento.

A reforma de 2012 da Política Comum de Pescas (PCP) é uma oportunidade para parar com a sobrepesca, acabar com métodos de pesca destrutivos e assegurar a exploração justa e equitativa de populações de peixe saudáveis. Para tal, é fundamental que haja vontade política necessária para implementar uma reforma profunda, de forma a evitar o agravamento do estado dos mananciais, a degradação dos ecossistemas marinhos e o declínio da indústria pesqueira. A própria Comissão Europeia, no seu Livro Verde de 2009, declarou que “uma mudança dramática ... é necessária para inverter a situação actual.”



atribuir o acesso a oportunidades de pesca?). Estes devem ser estabelecidos pelo Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu.

- **Passo 2:** determinar os recursos pesqueiros disponíveis (que quantidade de peixe pode ser apanhada?). Esta determinação deve ser efectuada pelos organismos científicos, tendo em consideração igualmente o conhecimento tradicional.
- **Passo 3:** determinar a quantidade e o tipo de potência de pesca (como se deve pescar?). Esta questão deve ser assegurada pelos organismos científicos e de gestão.
- **Passo 4:** atribuir o acesso aos recursos (quem deve ser autorizado a pescar e onde?). Esta atribuição deve ser efectuada ao nível local e/ou regional e com base num conjunto de critérios ambientais e sociais acordados anteriormente, de acordo com o Passo 1.

Políticas pretendidas

A OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Pesca europeia. Propõe uma abordagem essencialmente nova, centrada em princípios para a gestão das pescas em águas comunitárias e para a globalidade da frota da UE. A OCEAN2012 está empenhada em garantir uma Política Comum das Pescas que: der Gestaltung einer Gemeinsamen Fischereipolitik, die:

- consagre a sustentabilidade ambiental como um princípio abrangedor, sem o qual é impossível obter sustentabilidade económica e social;
- garanta que são tomadas decisões aos níveis mais adequados e de forma transparente, assegurando a participação efectiva das partes interessadas;
- assegure uma capacidade de pesca sustentável na UE e a nível regional;
- condicione o acesso aos recursos pesqueiros de acordo com critérios ambientais e sociais;
- assegure que os fundos públicos são utilizados apenas para garantir o bem público e que minimize os impactos sociais decorrentes de uma transição para pescas sustentáveis.

Quem deveria ser autorizado a pescar o quê, onde, e como?

As respostas a estas questões fundamentais representam o centro das mudanças que sugerimos para a reforma da PCP. A OCEAN2012 propõe a existência de uma hierarquia de passos distintos na tomada de decisões:

- **Passo 1:** definir objectivos gerais e a longo prazo (a que nível de abundância devem as populações de peixe ser mantidas? Que critérios ambientais e sociais devem ser aplicados ao

A OCEAN2012 preparou um conjunto de cinco relatórios que aprofundam o que consideramos ser as principais áreas de mudança, reflectindo os passos que devem ser tomados no processo de reforma:

Relatório 2: Concentrem-se no ambiente – para o bem da população

O objectivo primário da PCP reformada que emergirá em 2012 terá de ser garantir uma pesca sustentável ao nível ambiental e social, em águas comunitárias, bem como em todas as águas onde as frotas da UE operem. Os objectivos ambientais devem ser prioritários, de forma a que os objectivos sociais e económicos possam ser assegurados a longo prazo. A adopção de medidas no presente que permitam restaurar ecossistemas marinhos saudáveis poderá induzir custos sociais e económicos a curto prazo. No entanto, a não adopção de tais medidas coloca em risco a sustentabilidade dos recursos e, conseqüentemente, do futuro do sector das pescas como um todo. A abordagem de precaução (conforme definida no Acordo sobre as Populações de Peixe da ONU de 1995) e a abordagem ecossistémica (conforme definida na Directiva Quadro “Estratégia Marinha” da UE) devem servir de base para qualquer PCP futura. Para além disso, a OCEAN2012 propõe que o Rendimento Máximo Sustentável (RMS), enquanto ferramenta de gestão da pesca, seja utilizado apenas como uma meta de transição, sendo necessários objectivos de gestão mais conservadores para assegurar mananciais abundantes a longo prazo.

Relatório 3: Assegurar uma boa governança

O insucesso da PCP em atingir os seus objectivos pode, em grande medida, ser atribuído ao modo como as decisões são tomadas. Hoje em dia, verifica-se que até medidas de gestão bastante detalhadas são decididas ao mais alto nível político: o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu. Ambos os organismos são amplamente movidos por interesses económicos de curto prazo, quer nacionais, quer regionais. Para atingir uma pesca sustentável a longo prazo, a OCEAN2012 propõe que o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu se concentrem na visão e objectivos abrangedores da PCP, ficando a implementação pormenorizada a cargo de organismos mais adequados, tais como a Comissão, os Estados-membros ou novos organismos de gestão descentralizada. Consideramos igualmente crítico que se acatele devidamente as recomendações científicas quanto aos limites de captura, que são definidos pelo Conselho e são actualmente excedidos em média de 50 por cento, todos os anos. A boa governança também inclui transparência, forte envolvimento das partes interessadas, acesso público a dados sobre capturas, embarcações e frotas, bem como mecanismos robustos de avaliação e de cumprimento.

Relatório 4: Recompensar a pesca responsável com acesso prioritário

O regime actual de atribuição de quotas (conhecido por estabilidade relativa) deixou um legado de sobrepesca. Como tal, o acesso aos recursos pesqueiros ao abrigo da nova PCP deve basear-se em critérios ambientais e sociais, favorecendo práticas e equipamentos de pesca menos destrutivos, que operam em conformidade com a lei, têm baixo consumo de combustível, e que garantem mais emprego, boas condições de trabalho e produtos de alta qualidade. Estes critérios iriam criar uma competição positiva entre os pescadores, onde os que pescarem de forma mais ambiental e socialmente sustentável seriam autorizados a pescar mais. Tal abordagem iria transformar a pesca da UE a longo prazo. As decisões sobre a atribuição de acesso a pesqueiros poderiam ser significativamente descentralizadas e aplicadas com base no ecossistema/região/local, dependendo do pesqueiro e das populações de peixe. Deve-se ainda assegurar que quem pertence a comunidades pesqueiras locais numa determinada área tem acesso prioritário, sob a condição de cumprir com os critérios de acesso. Os interesses piscatórios do exterior dessa área podem candidatar-se igualmente ao acesso aos recursos locais, desde que garantam da mesma forma o cumprimento dos critérios definidos.

Relatório 5: Colocar a capacidade em conformidade com os recursos disponíveis

O nível exacto de sobre capacidade da frota da UE é, em termos gerais, desconhecido, mas é estimado em alguns casos como sendo duas ou três vezes acima de um nível sustentável.

É fundamental que a potência de pesca corresponda às oportunidades e esforço de pesca, de modo a garantir uma pesca economicamente viável e evitar a pesca ilegal, não declarada e não regulada (IUU) e a falta de eficiência. A sobre capacidade não é apenas um problema de quantidade, é também um problema qualitativo. Tal como diferentes segmentos da frota e respectivos equipamentos de pesca têm diferentes impactos no ambiente marinho, também as diferentes necessidades de combustível vão originar qualidades de peixe distintas e consequentemente impactos sociais diferentes. A OCEAN2012 recomenda que sejam estabelecidas metas de redução para cada pesqueiro e não, como ocorre actualmente, para cada Estado-membro, com base em aspectos quantitativos e qualitativos, independentemente de interesses nacionais. Estas metas devem ser asseguradas através de instrumentos e competências adequadas, de acordo com limites legalmente vinculativos e de duração limitada, de maneira a equilibrar a potência da frota com os recursos disponíveis por área, e atingir desta forma uma frota pesqueira sustentável, com a maior celeridade possível. A potência da frota por pesqueiro deve também ser reavaliada regularmente, de maneira a assegurar que se encontra em conformidade com as mais recentes avaliações dos mananciais.

Relatório 6: Subsídios: fundos públicos para serviços públicos

As repetidas tentativas de reformar o sistema de subsídios de pesca da UE falharam alterar a situação presente, que pode ser resumida à existência de demasiadas embarcações, ou com demasiada potência, a pescar recursos a menos. A nova PCP deve trazer uma mudança fundamental nas prioridades de financiamento, de forma a garantir que o dinheiro público é utilizado para salvaguardar um bem público – as populações de peixe da UE. Os subsídios e outros instrumentos financeiros concedidos de forma discricionária pelos Estados-membros devem facilitar a transição para uma pesca ambiental e socialmente sustentável, assim como devem servir para assegurar a eliminação da capacidade de pesca que não esteja em conformidade com os critérios supracitados e que exceda os limites de captura estabelecidos. Não deve portanto haver ajuda financeira para programas que mantenham ou aumentem a capacidade.

A PCP – Um modelo global

A OCEAN2012 acredita que atingir estes objectivos de reforma ajudaria a obter pescas sustentáveis, com benefícios a longo prazo para o ambiente marinho, para as populações de peixe e para as comunidades que deles dependem. Caso sejam formulados e implementados como descrito anteriormente, a política de pescas da União Europeia poderia assim tornar-se um modelo global e ter repercussões positivas consideráveis para a gestão de pescas em todo o mundo.

OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Política Europeia de Pescas de modo a eliminar a sobrepesca, acabar com as práticas piscatórias destrutivas e assegurar uma exploração justa e equitativa de populações saudáveis de peixes.

A OCEAN2012 foi iniciada, e é coordenada, pelo Pew Environment Group, o ramo conservacionista da The Pew Charitable Trusts, uma organização não-governamental cujo objectivo é eliminar a sobrepesca nos oceanos do planeta.

Os membros fundadores da OCEAN2012 são a Coalition for Fair Fisheries Arrangements (CFFA), o Fisheries Secretariat (FISH), nef (new economics foundation), o Pew Environment Group e o Seas At Risk (SAR).